

cidadania socioambiental: liberdade, igualdade, solidariedade

socio-environmental citizenship: freedom, equality, solidarity

Denise Pini Rosalem da Fonseca

Diretora Executiva do Instituto E.V.A.

Atibaia — São Paulo — Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8888-6605>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10010926>

Editorial

Não dá para dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja (...) A cidadania se cria com uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública (...) A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania (Freire 1995).

Se nos propomos a pensar sobre o que significa “educar para a Cidadania Socioambiental” — e estivermos falando de Educação formal (escolar) - precisamos entender três pontos:

- 1) O que significa “cidadania” no Brasil hoje;
- 2) Que direitos e deveres cidadãos devem estar contidos no conceito “socioambiental”, e
- 3) Como a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) incorpora os conceitos “cidadania” e “socioambiental” na Educação básica brasileira.

Juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado (...) O conceito de cidadania vai muito além, pois ser cidadão significa também tomar parte da vida em sociedade, tendo uma participação ativa no que diz respeito aos problemas da comunidade (...) uma construção coletiva que almeja a realização gradativa dos Direitos Humanos e de uma sociedade mais justa e solidária (Governo do Estado do Paraná, online).

Como diz Paulo Freire, cidadania é “coisa pública” (em latim: *Res Publica*, a raiz da palavra República): uma construção civilizatória, “ativa, crítica e decidida de todos nós”.

Já sabemos que cidadania tem a ver com os direitos e deveres dos cidadãos de certo Estado. A Carta Constitucional da República Federativa do Brasil é o documento que resguarda nossos direitos de cidadania e, a partir de 1988, também os Direitos Fundamentais dos cidadãos brasileiros.

O Brasil já produziu sete Constituições (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 [emendada em 1969] e 1988 [vigente nos dias atuais]). A definição de quem é o cidadão brasileiro, através destas Cartas Constitucionais — seus direitos e deveres — mudou historicamente, de acordo com cada contexto. Vamos entender isso através de quatro Constituições brasileiras!

Carta Constitucional de 1824 — A primeira Constituição brasileira estabeleceu a Monarquia Hereditária como regime de governo, e instituiu quatro poderes - Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador (exercido pelo Imperador). Aos cidadãos brasileiros de então, o texto constitucional garantia direitos civis e políticos em base a liberdade, a segurança individual e a propriedade.

Os direitos políticos, no entanto, eram reservados para: os homens livres; maiores de 25 anos, e detentores de renda anual de mais de 100 mil réis. Para estes era permitido votar nas eleições primárias, onde eram escolhidos os eleitores que votariam nos deputados e senadores. Para ser eleitor nas eleições primárias, a renda subia a 200 mil réis e excluía os libertos.

Por fim, os candidatos a deputados e senadores deviam ter uma renda superior a 400 mil réis, serem brasileiros e católicos. Desta forma, está claro que no século XIX, o cidadão brasileiro capaz de exercer plenamente seus direitos era: do sexo masculino, branco, católico e proprietário.

Carta Constitucional de 1891 — Esta Constituição instituiu o Regime Republicano presidencialista e determinou a separação entre o Estado e a Igreja. Ela foi inspirada, principalmente, na Constituição americana, tendo como eixo a federalização dos Estados e a descentralização do poder.

A Constituição de 1891 extinguiu o Poder Moderador e garantiu novos direitos civis e políticos aos cidadãos brasileiros, tais como: a liberdade de culto; a garantia do ensino primário obrigatório, laico e gratuito; a instituição do voto universal para cidadãos brasileiros alfabetizados, maiores de 21 anos, e a criação do Poder Legislativo bicameral.

Embora os direitos políticos parecessem garantidos para mais pessoas (as mulheres, os mendigos, os analfabetos, os soldados e os religiosos ficaram de fora), o voto era aberto e o cidadão (maior de 21 anos) tinha de assinar uma lista que podia ser controlada. Com o novo critério — saber ler e escrever — o número de eleitores caiu, ao invés de aumentar.

Carta Constitucional de 1937 — A Constituição de 1937 (chamada de “Polaca”) foi a primeira Constituição brasileira com caráter autoritário. Dentre as limitações dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, esta determinou: a concentração do poder no executivo e legislativo nas mãos do presidente da República; eleições indiretas para presidente; fim do liberalismo; admissão da pena de morte; fim do direito de greve; instituição

do voto secreto, do voto obrigatório para maiores de dezoito anos e para as mulheres; instituição da justiça do trabalho e da justiça eleitoral e nacionalização das riquezas naturais.

Na “Polaca” estavam reproduzidos elementos da “*Carta del Lavoro*” (Constituição do Trabalho, 1927) da Itália, sob o regime fascista de Benito Mussolini. Um desses elementos era a tentativa de controle das organizações de trabalhadores, como os sindicatos, que foram cooptados, para neutralizar a penetração de ideias comunistas ou anarquistas.

É importante lembrar que foi sob o abrigo da Constituição de 1937, que surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionado por Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil.

Seu principal objetivo foi a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho. A CLT foi o resultado de 13 anos de trabalho - desde o início do Estado Novo até 1943 - para atender à necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de “estado regulamentador”.

Desde então, a CLT continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores, inaugurando direitos sociais e econômicos para a cidadania brasileira.

Carta Constitucional de 1988 - A “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, foi escrita durante o processo de redemocratização do Brasil, após o término da Ditadura Cívico-Militar (1964-1985).

Esta Constituição começa afirmando que:

... reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (Constituição Federal, 1988).

O artigo 5º. da Constituição Cidadã estabelece que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Constituição Federal, 1988).

Além de recolocar direitos civis e políticos e ampliar direitos sociais e econômicos dos brasileiros, a Constituição de 1988 estabelece - pela primeira vez - os Direitos Humanos no conjunto de direitos constitucionais brasileiros.

Ainda no art. 5º. § 3º. se lê:

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional (...) serão equivalentes às emendas constitucionais (Constituição Federal, 1988).

Para entender cada etapa histórica da conquista de direitos de cidadania, Norberto Bobbio (2004) adotou a ideia de “gerações” de Direitos Fundamentais¹.

Se vamos falar de cidadania socioambiental, devemos ser capazes de entender o que são estas “gerações”, para decidirmos em qual delas estão abrigados os direitos e deveres socioambientais preconizados pela Constituição Cidadã (1988) e suas posteriores emendas constitucionais.

Como diz Norberto Bobbio (2004):

*... os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, **não todos de uma vez e nem de uma vez por todas*** (BOBBIO, 2004, p. 25) [Grifos nossos].

Para Bobbio (2004), as gerações de Direitos Fundamentais são três:

Direitos de Primeira Geração — Direitos Cíveis e Políticos. Estes são direitos de liberdade: liberdade de ir e vir; liberdade de se expressar; liberdade para professar credos; liberdade de ser quem quer que se seja.

Esta geração de direitos dominou o século XIX e tem como titular o indivíduo! Os direitos cíveis e políticos são essencialmente direitos individuais de resistência face ao Estado e, por esta razão, são entendidos como “direitos negativos”.

Nas Constituições brasileiras que comentamos, os direitos cíveis e políticos estavam claramente definidos, ainda que restritos a certos indivíduos e bem limitados para muitos. Na Polaca (1937), no entanto, a marca era da restrição de direitos cíveis e políticos para quase toda a sociedade civil brasileira.

Direitos de Segunda Geração - Direitos Sociais e Econômicos. Estes são direitos de igualdade: direito de ser empregado em condições justas e favoráveis, direitos à alimentação, moradia, educação e assistência médica, bem como seguridade social e proteção no desemprego.

Esta geração de direitos dominou o século XX e surgiu ao término da Primeira Guerra Mundial, ligada ao aparecimento do Estado de Bem-Estar Social. Aqui o sujeito do direito é coletivo.

¹ BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Os Direitos Sociais e Políticos exigem do Estado diretrizes e programas que este tem o dever de respeitar e, por esta razão, são entendidos como “direitos positivos”.

No Brasil os direitos sociais e econômicos se consolidaram, como vimos, sob Vargas no contexto do Estado Novo, e sob a vigência da Polaca que, por incorporar elementos da *Carta del Lavoro* (Itália, 1927), centrou a construção destes direitos nos trabalhadores da nascente indústria brasileira a partir da década de 1930. Todos os demais brasileiros tiveram que conquistar acesso aos direitos sociais e econômicos através de lutas por igualdade - sociais e políticas - que ocorreram depois.

Direitos de Terceira Geração - Direitos Coletivos e Difusos. Estes são direitos de fraternidade (ou solidariedade): é desta geração de direitos, por exemplo, a proteção de grupos vulneráveis; a preservação do meio ambiente; a defesa contra os horrores do racismo e do genocídio, e a proteção a refugiados.

Os direitos coletivos e difusos incluem o direito ao desenvolvimento; à paz; ao meio ambiente; à autodeterminação dos povos; ao patrimônio comum da humanidade, e à comunicação.

Esta geração de direitos começou a se configurar a partir dos anos 1960. Os direitos de terceira geração são transindividuais, pois os sujeitos coletivos e difusos são grupos de indivíduos, grupos humanos, tais como: a família, o povo, a nação e a própria humanidade. Aqui o dever de torná-los concretos é do Estado e da sociedade civil em conjunto.

Na “Constituição Cidadã”, como já vimos, os Direitos Humanos foram incorporados pela primeira vez. Este processo - que é histórico e gradual - vem ocorrendo através de emendas constitucionais, muitas das quais seguem em processo de discussão no Congresso brasileiro desde 1988.

Como estes são direitos e deveres que Estado e sociedade devem construir juntos, sua institucionalização depende de um permanente engajamento social proativo e do compromisso do Estado com aperfeiçoar canais construtivos de diálogo com a sociedade.

É aí que entra a Educação para a Cidadania Socioambiental!

Em dezembro de 2018 o Ministério da Educação (MEC) apresentou a versão final homologada da BNCC para todas as etapas da Educação Básica brasileira. Logo na introdução, a BNCC afirma seu alinhamento aos preceitos da Educação em Direitos Humanos.

Desde 2013, para a República brasileira a

... educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza (SDH, 2013).

Educar para os Direitos Humanos define os componentes “sociais” mais profundos e estruturantes da Educação Socioambiental.

Além disso, a BNCC incorpora o que determina o Capítulo VI - Do Ambiente da Constituição Cidadã (1988), que estabelece como responsabilidade do Poder Público e da coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente “para as presentes e futuras gerações”, introduzindo o inédito aspecto intergeracional do ponto de vista constitucional. A partir disso, o art. 225 § 1º. inciso VI - dentre outras disposições pioneiras de cunho ambiental — obriga a Educação brasileira a “*promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*”.

Educar para a Cidadania Socioambiental, portanto, significa articular Direitos Humanos e Educação Ambiental, assumindo os compromissos que a BNCC preconiza - e que o Estado brasileiro tem o dever de garantir a todos — e, neste sentido, constituem Direitos Sociais e Econômicos dos cidadãos brasileiros.

A BNCC compromete o Estado a oferecer aos jovens cidadãos brasileiros — que são titulares naturais de Direitos Civis e Políticos - oportunidades de:

- *Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.*
- *Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.*
- *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.*
- *Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (MEC 2018: online).*

Em resumo, a Cidadania Socioambiental está inscrita nos Direitos Coletivos e Difusos, pois tem uma titularidade transindividual, que é coletiva

e identitária. Neste sentido, a Cidadania Socioambiental é Republicana, por ser “*ativa, crítica e decidida de todos nós*”, como desejou Paulo Freire.

Educar para a Cidadania Socioambiental se sustenta no exercício pleno, consciente e responsável da liberdade, da igualdade e da solidariedade entre os cidadãos brasileiros, e se ancora na maturidade constitucional que nossa sociedade construiu até aqui, para que sejamos capazes de mantê-las e ampliá-las para as futuras gerações de brasileiros.

Referências

BOBBIO, Norberto (2004). *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier.

FREIRE, Paulo (1995). “A construção de uma nova cultura política”, *Fórum de participação popular na administração pública: poder local, participação popular e construção da cidadania* apud PONTUAL, P.C. (2011). *Contribuições de Paulo Freire e da Educação Popular à Construção do Sistema Educacional Brasileiro*. PUC-SP:6.

Disponível em: [7592-Texto do artigo-18574-1-10-20111120-1.pdf](#)

Acesso em: 05/08/2023.

MEC (2018). *Base Nacional Comum Curricular*.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>

Acesso em: 05/08/2023.

SDH (2013) - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Caderno de Educação em Direitos Humanos*.

SJFT (online) - Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, “O que é Cidadania?”, *Governo do Estado do Paraná*.

Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-Cidadania>

Acesso em: 05/08/2023.